

A presença da história da educação brasileira no Arquivo Histórico Ultramarino: o trabalho do projeto Resgate

*Luiz Gustavo Lima Freire**

Resumo

O Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa (AHU) conserva os fundos documentais produzidos pelas instituições que ao longo dos séculos centralizaram e regularam a administração ultramarina. Relativamente à administração colonial portuguesa no Brasil, existe um acervo documental manuscrito, que faz parte principalmente dos fundos do Conselho Ultramarino e da Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, onde subsistem fontes de informações importantes para a história da escola e construção da memória educativa brasileira. Desde que o Projeto Resgate “Barão do Rio Branco”, do Ministério da Cultura do Brasil, foi implantado nessa instituição, que esse patrimônio tem sido disponibilizado aos pesquisadores no Brasil. Procuraremos refletir sobre as potencialidades da sua utilização para a investigação em educação.

Palavras-chave: Educação Brasileira; História.

Os documentos sobre a História da Educação Brasileira no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa

Grande parte da história da educação brasileira (ensino e evangelização) está guardada no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Esta instituição detém o maior acervo de documentos relativos ao Brasil colonial existente em Portugal e fora do território brasileiro.

O AHU, como é chamado, está instalado no Palácio da Ega em Lisboa, e foi criado em 1931 para atender a necessidade de reunir toda a documentação sobre a administração ultramarina portuguesa. Relativamente ao Brasil, as fontes de informações (troca de correspondência entre as autoridades locais e o poder central na metrópole) revelam-se em cerca de duas mil caixas de documentos avulsos, em mais de quatrocentos códices, bem como nas coleções de iconografia e cartografia. Trata-se de um acervo de valor incalculável, dada a sua diversidade temática. São todas as espécies de documentos (leis, regimentos, instruções, mapas, etc) concernentes aos mais de trezentos anos da colonização (administração colonial) portuguesa no Brasil (ABRANTES, 1997; ABRANTES; MARTINHEIRA, 2002).



Foto do Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa

A documentação manuscrita, que faz parte principalmente dos fundos do Conselho Ultramarino (séc. XVI a 1833) e da Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Ultramar (1834 a 1910), refere-se a uma variedade de assuntos, tais como: legislação para a administração dos territórios brasileiros; levantamentos geográficos e topográficos; colonização, povoamento e concessão de terrenos; construção de obras públicas, religiosas, civis e militares; demarcação de fronteiras; defesa de territórios; explorações de recursos naturais e agrícolas; explorações marítimas e terrestres; saúde e saneamento; transportes e comunicações; relações de guerra, diplomáticas e consulares; tráfico de escravos; aspectos etnográficos (informações sobre a terra, os nativos, seus usos e costumes); missões e progressos científicos, etc (idem).

Além desses assuntos, há muitos documentos como cartas, ofícios, requerimentos, alvarás, etc, que se referem especificamente à forma como a educação foi construída em terras de Vera Cruz (professores e formação de professores, instituições escolares, educação não formal, questões de gênero, público escolar, cotidianos escolares, saberes pedagógicos, circulação e apropriação de modelos culturais, etc). Sendo assim, estudar a história do Brasil, e particularmente a história da educação brasileira colonial, implica recorrer a essa documentação.

Entretanto, para compreender os aspectos da educação, com a utilização desses documentos, será necessário abarcar as singularidades e especificidades das regulações da metrópole relativas a rotina administrativa da colônia, bem como as suas respostas e reações a essas mesmas regulações, ou seja, os conteúdos educativos têm que se articular com os períodos históricos em que foram produzidos e com as especificidades que então apresentavam os sistemas educativos.

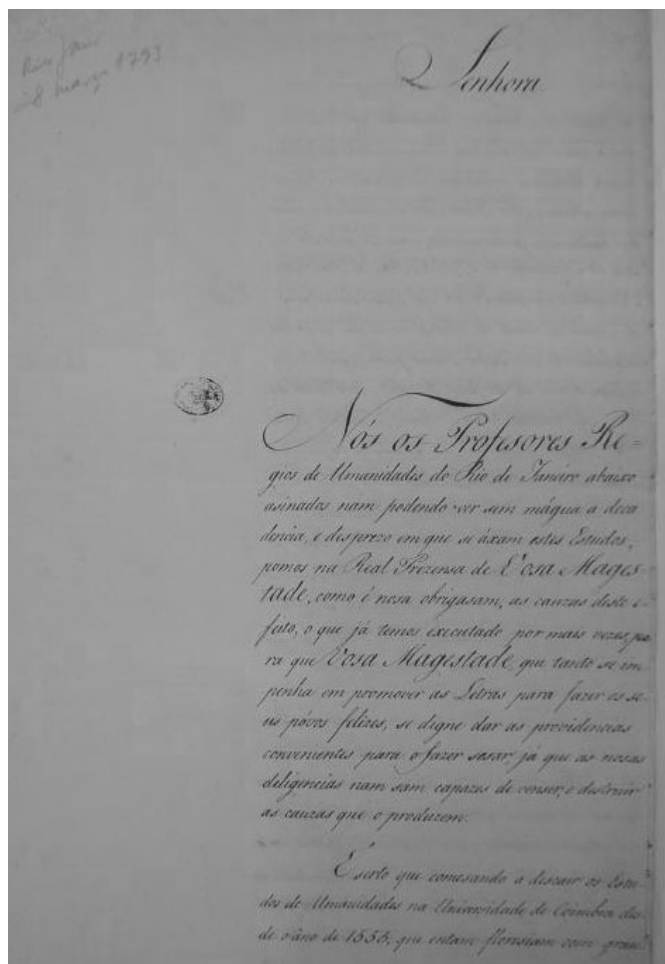
É importante ter em conta que, isolados, não são mais do que fragmentos do passado, por isso cabe ao investigador a tarefa de lhes conferir coerência, lógica e unidade, através do estabelecimento necessário de relações com outros documentos e acervos (MOGARRO, 2006).

Os manuscritos depositados no AHU revelam especificidades que se refletem até os dias de hoje no sistema educativo brasileiro. A título ilustrativo, podemos destacar, por exemplo, uma carta de 1781, do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, ao Frei de Monte Carmelo, sobre o descontentamento e as queixa dos moradores da Vila de Santo Amaro, Bahia, por pagarem o “subsídio literário”, embora não houvesse professores régios na localidade.

(...) huma petição dos officiais da Camara de Sto Amaro das Brotas..., em que representavão que os moradores da referida villa estavam pagando o subsidio literário, sem haver ali mestres para a educação da mocidade sendo este o unico fim porque se impos aquele tributo. E achando sua Magestade muito justa esta representação, hé servida ordenar a Mesa Censória dê sem a menor perda de tempo as providencias necessarias, para fazer sessar esta e outras semelhantes queixas dos povos do Brasil, a respeito da falta de mestres, ou no caso de haver algum embaraço para se estabelecerem os que são necessarios, a referida mesa o represente por esta secretaria de estado, para Sua Magestade dar as providencias que lhe parecerem mais acertadas.

Um outro exemplo é uma carta de 1793, do professor de grego, João Pinto, e de retórica, Manoel Alvarenga, à rainha D. Maria I, demonstrando a insatisfação com os seus vencimentos.

(...) os Magistrados, que aqui e em tôdo o Ultramar servem a Vosa Magestade, vensem ordenados muito mais avultados, do que aqueles que nesa Corte servem os identicos empregos, e muito menos para comprar-mos os livros de que continuamente presizamos, para nos instruirmos cada vez mais, afim de irmos servindo de melhor a melhor a Vosa Magestade na instrusam dos seus povos, visto ter o subsidio literario desta Capitania, um rendimento que exsede muito á despeza que se fás com os Professores d’ela. Rio de Janeiro 28 de marso de 1793.



Trecho da carta de 1793, do professor de grego, João Pinto, e de retórica, Manoel Alvarenga, à rainha D. Maria I.

Num ofício de 3 de março de 1764, ao secretário de Estado do Reino e Mercês, Conde de Oeiras, Sebastião José de Carvalho, o professor régio da capitania de Pernambuco, Manoel da Silva Coelho refere que o povo e bispo da dita capitania não aceitavam os professores que foram substituir os jesuítas.

Mas não paçando ainda do dito commissario todo o seu empenho tem sido abolir aqui o novo methodo e buscar meios de impedir a sua introdução(...) E agora me lembro que estando nós em sua presença falando sobre a diferença de hum e outro methodo, e da primazia do novo, ele me dise amigavelmente que nós estavamos longe da Corte e do soberano e bem creio que me faria e todo o povo, outro agazalho, se eu condescendendo com a sua vontade ensinase o antigo. (...) Aqui ajuntam que tal método novo não fora aqui mandado por Sua Magestade que dele não sabe nem disto tem notícia, mas por V. Excel. porquem tãobem, não pela Magestade fizem que fomos mandados, e que por isto, nem o methodo, nem nos os professores dele merecemos respeito algum.

Há também estatutos, como o do Colégio de Nossa Senhora da Conceição do Santíssimo Coração de Jesus dos meninos órfãos e desamparados da cidade da Bahia (posterior a 1800).

Não he preciso allegar a authority de grandes legisladores e filozofos para dizer que huma boa educação, emmendendo as falhas, e destrocendo as más inclinações desta nossa corrompida natureza, influe, ou antes pode tudo sobre as acções moraes do homem e que he ella depois de Deus a origem de todo o nosso conhecimento (...). Por esta cauza em todos os tempos se desvelarão sempre os zelozos do bem publico, e do adiantamento da pátria em contribuir com todas as forças à boa educação dos seus nacionais, persuadidos de que com ella se formão sujeitos benemeritos e dignos de manter com prudencia e de manejar com acerto os interesses do Estado, não menos que os da religião, ao mesmo tempo, que sem ella tudo é desconcerto, escandalo e fanatismo no homem (...).

A História da Educação Brasileira contada pelos manuscritos do Arquivo Histórico Ultramarino

O que a compreensão desses e dos outros documentos depositados no AHU, mas não só, pode fazer pelo sistema educativo brasileiro? Primeiro é importante perceber que não podemos considerar a educação somente a partir da sua matriz histórica, no entanto, os condicionamentos e mecanismos subjacentes à criação

da escola brasileira (conseguidos com a compreensão dos documentos) podem se constituir, não só numa ferramenta identitária, como modificadora e melhoradora da realidade (FREIRE, 2007a, 2007b).

Cada vez mais os arquivos, com os seus documentos, têm adquirido uma importância crescente no campo da educação, porque possuem informações que permitem compreender os percursos, discursos e representações a cerca do sistema educativo. Essas diversas representações expressam a história das instituições de ensino e podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário da escola e da pedagogia, de forma esclarecida e melhorada.

As novas vertentes de análise e produção histórico-educativa obrigam a uma renovação dos olhares sobre os documentos de arquivos e uma abertura teórico-metodológica que incorpore as imprescindíveis informações que eles disponibilizam (MOGARRO, 2006).

A história da educação, enquanto “pedra de toque” da cultura profissional correspondente, pode ser instrutiva sobre o presente, tanto quanto sobre o futuro, porque nos oferece experiências cuja repetição pode ser evitada. Ela pode ser reveladora e proveitosa, na medida em que, sendo a história das diversas maneiras como ao longo do tempo se formou o homem brasileiro para o seu papel na sociedade em que vive, constitui na verdade, a própria história da civilização brasileira. Esse olhar no tempo pode nos mostrar que o passado é muito mais rico do que o nosso atual sistema de ensino poderia levar a pensar e que a nossa educação sofre o peso de dogmas e costumes caducos, herdados como modelos importados, que se evidencia por uma mentalidade pedagógica tradicional, conservadora e repressiva (FREIRE, 2007a, 2007b).

Olhando para o “passado” podemos compreender que muitos dos mecanismos e especificidades daqueles modelos continuam sendo verdadeiros hoje. Entre esses, a questão da centralidade (incluindo a regulamentação espelhada num currículo normativo), como o era o *Ratio Studiorum*; a escolha de dirigentes atreladas à

política, como eram escolhidos os professores Régios (por indicação e muitas vezes sem competência para o cargo); a própria pedagogia, que na verdade nunca deixou de ser “colonizadora”, como já era no jesuitismo; o pagamento de baixos salários, já referido pelos professores régios; o elitismo da educação, que existe desde sempre, pois Pombal e até os jesuítas estabeleceram distinções entre o ensino das elites e dos demais; democratização restrita do ensino; perspectiva funcionalista e determinista da escola e do ensino-aprendizagem; entre tantas outras. Tudo presente nos manuscritos (idem).

A educação brasileira sempre desempenhou a maravilhosa função de preparar as consciências e as almas para aceitarem as doutrinas do poder dominante, uma função que pertenceu à igreja, pelas mãos dos jesuítas e hoje pertence ao Estado, pelas mãos dos professores. A relação de dominação (distribuição desigual de riqueza, conhecimento, oportunidades) é um traço marcante da sociedade brasileira, mas não é um traço novo. Está na sua origem. Esse traço se manifesta na educação, nas instituições sociais, etc, e de uma forma esclarecedora na aquisição da língua portuguesa.

Os documentos do AHU, que dizem respeito à História da educação brasileira, e que permitem compreender essas e outras especificidades, referem-se principalmente aos períodos jesuíta e Pombalino.

O período de atuação dos jesuítas no Brasil durou de 1549, quando a Companhia de Jesus chega ao Brasil, até 1759, quando é expulsa de todos os domínios do Reino, como consequência da política Pombalina, na qual a educação possuiu um papel de destaque. Esse período caracterizou-se pela conversão dos índios, bem como pelo desenvolvimento de uma autêntica pedagogia. Os estudos eram altamente organizados e pautavam-se por um conjunto de regras didáticas denominadas Ratio Studiorum (idem).

Os jesuítas aprenderam a língua nativa, mas apenas para imporem os seus modelos. Antes de educarem, catequizaram e

colonizaram as mentes. Fizeram da educação uma arma tão poderosa, que conseguiram eliminar os traços de várias línguas nativas. A língua do (padre-colono) se constituiu numa peça essencial, porque impôs, quer o catolicismo, quer o absolutismo imperial (BARCELLOS, 2007).

Na verdade, não alfabetizaram: criaram ignorância, porque destruíram o conhecimento nativo, da mesma forma que faz hoje, o professor que sustenta o pensamento pós-modernista e conseqüentemente a naturalização dos abismos (culturais, sociais, políticos financeiros e ideológicos), quando não convida seus alunos a olharem e interpretar o mundo de uma forma não naturalizada, ou seja, baseada na compreensão de relações sociais bastante concretas (FREIRE, 2008).

O segundo período girou em torno da figura controversa do Marquês de Pombal (1699 – 1782), que influenciado pelo humanismo, renascimento, emergência do capitalismo, da burguesia, reforma, contra-reforma e revolução científica, atribuiu um valor econômico, ideológico e político à educação, contribuindo para que a monarquia descobrisse a instrução como um instrumento do Estado-nação e abrindo espaço para a educação pública nacional (FREIRE, 2007a, 2007b).

O século XVIII se caracterizou pela separação da igreja e do Estado, especificamente pela afirmação deste último, e pela crença na força da educação universal. O ensino jesuíta, dessa forma, passou a ser inadequado porque na “idade da razão” caracterizava-se como anti-racional. Diante da necessidade de libertar Portugal da “ensimesmada reclusão” em que se encontrava mergulhado, o Marquês de Pombal empreendeu reformas, e adotou novas leis para atingir diferentes domínios coloniais, entre eles o Brasil. Desejava reerguer Portugal da decadência que se encontrava em relação às outras potências européias e para isso buscou organizar as escolas, reajustando-as as novas condições da vida política e social, para servirem aos interesses do estado, abrindo-as amplamente ao espírito científico moderno (FREIRE, 2007b).

Se aos jesuítas coube a tarefa de imprimir um modelo europeu de educação, ao Marquês de Pombal coube o papel de conservá-lo. Como é óbvio, a educação colonialista, com todos os seus ranços, não se manteve ao longo dos tempos com as suas características iniciais, o que não significa que tenha se extinguido, na verdade se modernizou.

Utilizando a língua como um instrumento “segregador”, em 1757 Pombal instituiu o português oficialmente no Brasil, proibindo o uso das línguas gerais. Os estudos apontam que quando os portugueses chegaram ao Brasil havia cerca de 1,2 mil línguas indígenas, hoje são apenas 180 (MARIUZZO, 2008).

Para os povos indígenas, a situação de contato forçado era caracterizada pela penetração em seus territórios tradicionais de um povo agressivo e melhor equipado militarmente, e diante da impossibilidade de resistir, os indígenas buscaram aprender a língua dos invasores de modo a assegurar um relacionamento positivo com eles. Com o tempo, porque perceberam que esse conhecimento lingüístico era valorizado pelos dominadores, procuraram usar a língua dos conquistadores, com conseqüente perda de domínio da língua e da cultura nativas, graves desajustes na comunicação entre as gerações - freqüentemente com interrupção ou diminuição da transmissão de conhecimentos tradicionais, somada a uma limitada percepção dos conhecimentos da cultura do povo dominante (idem)

Embora a tentativa de unificação lingüística tenha se produzido de modo maciço, a diversidade lingüística permanece, como o resultado do trabalho de resistência dos falantes das línguas dominadas. À educação caberia, sem dúvida, compreender o processo histórico de formação da língua portuguesa no Brasil, bem como o processo de resistência travado pelos povos dominados (idem), já que isso é o que equivaleria compreender a própria construção da identidade brasileira.

Sendo a língua o elemento mais intenso da integração de um povo, além de um instrumento de comunicação e de educação, formadora das relações sociais e consolidadora de todos os

conhecimentos culturais, compreender os seus mecanismos históricos é, sem dúvida, assegurar a sobrevivência do povo, da mesma forma que é assegurar o seu futuro. A importação da língua, mas não só desta, mas da educação como um todo, com suas metodologias e modelos educativos estrangeiros, foi importantíssima para a solidificação da ideologia burguesa educacional. Pode brotar daí a materialização da identidade elitista da educação, pois como se sabe, o ensino no Brasil reproduz a segregação social e parece estar apartado da vida cotidiana das pessoas a quem deverá servir, ou seja, não ensina o aluno a ser capaz de modificar a sua realidade, mas para aceitá-la, como se a sua posição social inferior fosse um desígnio divino. Além disso, decerto que os alunos não se reconhecem nos conteúdos didáticos.

O estrangeirismo da educação, como é óbvio, não é o único responsável pela segregação das pessoas e pelas diferenças sociais brasileiras. Mas, com efeito, buscar uma educação democrática implica considerar essas especificidades. Deve ficar claro, que o professorado, o processo de segregação, o alunado, o povo e etc, aludido por nós, revestem-se de uma qualidade imaginária, pelo que não tratamos de cada uma dessas classes do ponto de vista material. E é por isso mesmo que o estudo da História da Educação, é precisamente, antes, o estudo das mentalidades e pode se revestir de tamanha importância para a melhoria dos processos de democratização do país.

Ao professor, aquele que deu continuidade ao processo de propagação das idéias coloniais, ensinando, como em 1500, conteúdos destituídos de aplicabilidade à realidade brasileira, impondo-os de “goela abaixo”, cabe ensinar, para a liberdade e para a “consciência brasileira”.

O Projeto Resgate Barão do Rio Branco: tratamento e divulgação documental do acervo relativo ao Brasil no Arquivo Histórico Ultramarino

O Projeto Resgate “Barão do Rio Branco” que é uma iniciativa do Ministério da Cultura do Brasil, através da sua Secretaria de Articulação Institucional, vem descrevendo e digitalizando o rico acervo do AHU concernente ao Brasil.

Trata-se do tratamento e difusão de um patrimônio documental comum, que constitui o cume da unidade político-administrativa do período da colonização portuguesa no Brasil.

O projeto Resgate se insere no âmbito da Comissão Bilateral Luso-brasileira de Salvaguarda e Divulgação do Patrimônio Documental (COLUSO), e está ancorado na implementação por parte da UNESCO, desde 1959, de projetos e políticas na área do patrimônio arquivístico comum aos vários países que mantiveram relações históricas.

Os investigadores do projeto Resgate descreveram e microfilmaram as mais de 28 “séries” que dizem respeito às diversas capitanias brasileiras, bem como “séries” que abrangem outras áreas do império português, e que direta ou indiretamente se interligam com o Brasil, por questões econômicas, administrativas, políticas ou por laços de parentesco entre os diversos agentes da governação portuguesa no Brasil e no ultramar lusitano (DIAS, 2007).

Além das 2114 caixas referentes às capitanias brasileiras, o Projeto também tratou e microfilmou “séries” como o Ultramar 1581-1834 (36 caixas-3053 docs.), cuja temática versa sobre armação de navios, comércio, período filipino, guerras contra os holandeses, degredados militares e políticos do período miguelista; o Conselho Ultramarino 1642-1833 (22 caixas-2020 docs.), que trata dos papéis dos funcionários deste tribunal que legislava sobre todas as colônias, que recebia as petições dos vassallos portugueses e que produzia consultas, pareceres ao rei acerca dos pedidos e das mais diversas questões administrativas no Ultramar; bem como o serviço de partes

1618-1807 (5 caixas-684 docs.), cuja maioria da documentação informa as ações dos militares que lutaram nas guerras contra os holandeses e na restauração portuguesa (idem).

Descreveu ainda 831 códices (livros de registro) contendo cópias de alvarás, decretos, provisões, consultas, cartas, escritos, avisos e outros papéis dos reis, dos Conselhos Ultramarino e da Fazenda, dos secretários de estado, e diferentes autoridades metropolitanas e coloniais (idem).

Nesse momento, a equipe do Resgate descreve os documentos da “série” Reino, composta por aproximadamente 500 caixas, dos séculos XVI ao XIX, das quais mais de 100 já foram inventariadas.

Esta “série”, segundo denominação utilizada no AHU, é composta por documentos das secretarias de Estado da Marinha e Ultramar, que eram responsáveis pela legislação das colônias



Documentos da “série” Reino a serem descritos pelo Projeto resgate

portuguesas; dos diplomatas portugueses nas Cortes Europeias; de questões relacionadas à Marinha, como a armação de navios para o Brasil, o armazenamento do açúcar, madeira e tabaco vindo do Brasil e guardados na Casa da Índia; e de outros assuntos referentes à Marinha e Ultramar, nomeadamente as equipes de naturalistas que no século XVIII foram ao Norte e Centro-Oeste do Brasil catalogar animais e plantas.

A difusão dessa “série” visa colmatar importante lacuna sobre a documentação avulsa, haja vista que no “Reino” subsiste uma vasta quantidade de documentos relativos ao Brasil.

O acervo trabalhado pelo Projeto Resgate encontra-se disponível aos pesquisadores brasileiros, que podem consultá-lo na forma de CDs e microfimes, doados a arquivos públicos, universidades e bibliotecas brasileiras.

O projeto Resgate tem trazido uma forte contribuição para a historiografia do Brasil porque disponibilizou e continua disponibilizando um acervo que permite compreender as especificidades históricas da educação brasileira, mas não somente isso. Desde que foi implantado, muitas pesquisas têm sido feitas com base no acervo do AHU. Na área da educação, entretanto, ainda há muito a se investigar.

Embora ainda não exista um levantamento formal, as estimativas apontam que o número de estudos (mestrado e doutorado) beneficiados pelos trabalhos do Resgate cresceu consideravelmente, principalmente se considerarmos as áreas da história, arquivística, diplomática, etc.

Recentemente foi publicado um livro da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, intitulado *Por minha letra e sinal*, organizado pelos professores Heitor Megale e Sílvio de Almeida Toledo Neto, baseado nos microfimes da documentação das capitanias de São Paulo e das Minas Gerais, depositada no AHU. Depois de pesquisarem documentos originais manuscritos dos séculos XVII e XVIII, os pesquisadores buscaram novas informações sobre a época das bandeiras e constataram o Português então praticado. Através da gravação de entrevistas com os moradores das localidades estudadas (pessoas com mais de 60 anos, analfabetos ou de baixa escolaridade, nascidos, criados e radicados no lugar), observaram os traços da língua portuguesa que resistiram ao tempo e permaneceram até hoje nas cidades erguidas sobre os antigos caminhos do ouro.

O departamento de Letras da Universidade de Lisboa criou

há 9 anos, o mestrado em História do Brasil e recentemente o programa de Doutorado; todas as teses e dissertações lá defendidas foram beneficiadas pela descrição, microfilmagem e difusão dos documentos das diversas “séries” brasileiras, realizadas pelas equipes do Projeto Resgate, uma vez que antes dele algumas das capitânicas estavam em maços desordenados, difíceis de consultar, enquanto outras só estavam organizadas previamente (só o século XVII).

Essas estimativas são consideradas a partir de observações e de referências realizadas pelos profissionais dessas áreas, bem como pela verificação no aumento do número de referências bibliográficas, apresentação de trabalhos em encontros, congressos e etc.

Se considerada a Educação como um todo, Pedagogia, Sociologia da Educação, Administração Educacional e outras áreas, como Filologia, História da Arte, Lingüística, etc, as estimativas diminuem. Daí a importância de aumentar a utilização dos manuscritos pelos estudantes e profissionais dessas áreas, pois certamente que esse esforço será importante para uma mudança das práticas e teorias educativas.

O Projeto Resgate tem disponibilizado essa documentação, de forma simples e democrática, importa porém que ela seja incluída amplamente nos debates. Todas as pessoas (alunos e profissionais das várias áreas e níveis) podem consultar esse material. Trata-se da relação que existiu entre Portugal e o Brasil, desde o seu descobrimento nas mais diversas áreas (médica, educativa, comercial, social, arquitetônica, geográfica, botânica, etc).

Admitindo que a construção da identidade brasileira depende da complementariedade dos estudos das diversas áreas, e da integração do patrimônio histórico-documental brasileiro e português, importa reconstruirmos a história permanentemente, utilizando as informações dos documentos comuns aos diversos países, de forma coerente e inteligível. A democratização e a divulgação da documentação, favorecerá a ampliação dos debates e aumentará a probabilidade do surgimento de novos estudos que mudem o rumo da educação como um todo.

Nesse sentido, torna-se urgente localizar, organizar e divulgar essa documentação, problematizando-a de forma que possa alimentar novos objetos de estudo incluídos no campo científico da História da Educação (MOGARRO, 2006).

A disponibilização dessa documentação não se presta apenas a utilização de professores e profissionais ligados à História, Arquivística, Diplomática, mas à educação em geral, na medida em que parte dela se refere à própria história da escola.

A tarefa de recuperar, preservar, estudar e divulgar o patrimônio educativo, reveste-se de urgência, e passa pela necessidade de definir orientações e dar consistência ao movimento que hoje se faz sentir, quer a nível social, quer a nível científico, sobre a importância de melhorar a educação, a escola, sua história e memória (idem).

Ainda há muito por fazer até que possamos dizer que de fato temos uma educação e uma sociedade justa, fraterna e que preserva a sua memória. A construção e reconstrução do conhecimento no campo da História da Educação é um processo constante e contínuo em que os documentos manuscritos podem e devem atuar como guias do pensamento crítico e de reflexões integradas e integradoras sobre os caminhos que foram escolhidos e que escolheremos para influenciar o ensino, e até as nossas vidas, como também para influenciar as gerações mais novas.

Notas

* Luiz Gustavo Lima Freire (luizgustavolfreire@ig.com.br) é professor, psicólogo, pós-graduado (Lato Sensu) em Psicologia Organizacional e do Trabalho, mestre em Ciências da Educação e doutorando em Psicologia da Educação pela Universidade de Lisboa. Atualmente atua como investigador do Projeto Resgate: Barão do Rio Branco, do Ministério da Cultura do Brasil, no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.

Referências

ABRANTES, M. (1997). **Fontes para a História do Brasil Colonial Existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. Acervo.** Rio de Janeiro, vol. 10, nº 1, pp. 1-12, jan/jun.

ABRANTES, M; MARTINHEIRA, S. (2002). **A Modernização do Arquivo Histórico Ultramarino e a Valorização do Patrimônio Documental**. Africana, nº 24.

BARCELLOS, J. (2007). Os Jesuítas na Terra dos Brazis. **Jornal "a Página"** , ano 16, nº 173, Dezembro 2007, p. 26-30.

DIAS, E. (2007). Laços Culturais Luso-brasileiros: A Singularidade do Projecto Resgate. **Jornal "a Página"** , ano 16, nº 163, Janeiro 2007, p. 42.

FREIRE, L. (2007a). **O Projeto Resgate e a História da Educação Brasileira: Pontos de Convergência**. **Jornal da Ciência e-mail 3232, de 28 de Março de 2007**. Consultado em 13/04/2008: <http://www.jornaldaciencia.org.br/Detailhe.jsp?id=45714>

FREIRE, L. (2007b). A Escola dos Jesuítas e a Escola de Pombal: Particularidades que Ajudam a Compreender a Educação Brasileira. **Publicado nas actas e apresentado no IV Congresso Luso-brasileiro de Política e Administração da Educação e III Congresso Nacional do Fórum Português de Administração Educacional**. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Lisboa.

FREIRE, L. (2008). O Papel Mediador do Professor no Processo de Mudança Social. **Publicado nas actas (no prelo) e apresentado no XVI Congresso da AFIRSE, Tutoria e Mediação: Novos Desafios em Investigação Educacional**. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Lisboa.

MARIUZZO, P. (2008). **Uma língua, múltiplos falares**. Consultado em 7/04/2008: <http://www.revista.iphan.gov.br/materia.php?id=219>

MOGARRO, M. (2006). Arquivos e Educação: A Construção da Memória Educativa. Sísifo, **Revista de Ciências da Educação**, nº 1, set/dez 06. Documentação Manuscrita do Arquivo Histórico Ultramarino em Lisboa, Portugal.

Abstract

The Overseas Historical Archive of Lisbon (AHU) conserves the funds ones registers produced by the institutions, that to the long of the centuries, had centered and regulated the administration overseas. Relatively to the Portuguese colonial administration in Brazil, there is a quantity manuscript documentary, that is part mainly of funds of the Overseas Advice and the State secretary of the Navy and Overseas, where linger sources of important information for the history of the school and construction of the Brazilian educative memory. Since that the Project Rescue: Baron of the Rio Branco, of the Ministry of the Culture of Brazil, was implanted in this institution, that this patrimony has been available to the researchers in Brazil. We will look for to reflect on the potentialities of its use for the inquiry in education.

Keywords: Brazilian education; History.